

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.941 - RS (2019/0159536-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : CHEILA JACKS
AGRAVANTE : ROGERIO JACKS
AGRAVANTE : NEUSA MARLI JACKS
AGRAVANTE : GABRIEL ELIAS JACKS
ADVOGADOS : JOÃO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR -
RS040315
LAURENCE BICA MEDEIROS - RS056691
ARTHUR ALVES SILVEIRA - RS080362
FABIANO RAMOS COELHO - RS088085
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : LEONARDO VEADRIGO BRITO E OUTRO(S) - RS075952
INTERES. : POLIPRIM RECICLAGEM E COMPONENTES PLASTICOS
EIRELI

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GABRIEL ELIAS JACKS e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de GABRIEL ELIAS JACKS e OUTROS, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Foi percebida, no tribunal de origem, haver irregularidade no recolhimento do preparo, razão pela qual houve a intimação da parte Recorrente, com fundamento no art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil, para realizar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento em dobro do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso.

A parte, embora regularmente intimada para efetuar o recolhimento em dobro, não o fez, limitando-se a apresentar a guia e o comprovante de pagamento

Superior Tribunal de Justiça

recolhidos à época da interposição do recurso. Assim, não cumprida a determinação, incide, na espécie, o disposto na Súmula n. 187 do STJ, o que leva à deserção do recurso.

Registre-se que conforme preceitua o § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, se a parte não comprovar o recolhimento no ato da interposição do recurso, deverá providenciar o recolhimento em dobro. Não importa se o recolhimento foi efetuado na mesma data, ou em data anterior à apresentação do recurso especial, a questão envolve a **comprovação** do recolhimento no ato da interposição do recurso, o que não ocorreu.

No mais, tendo sido intimado com base no § 4º, não há possibilidade para que uma nova intimação possa ser realizada, ante a vedação prevista no § 5º do mesmo artigo. Portanto, não cabia a esta Corte, assinalar nova oportunidade de regularização, pois preclusa a oportunidade (AgInt nos EDcl no AREsp 1100520/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 11/09/2018).

Ressalte-se que além de apresentar somente o recolhimento simples, a parte apresentou o comprovante de forma ilegível (fl. 204).

Outrossim, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 23/01/2019, sendo o agravo somente interposto em 05/04/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal. Na espécie, os embargos de declaração opostos em face da decisão que inadmitiu o recurso especial não são o recurso adequado ou cabível à espécie. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1261554/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/08/2018.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º

Superior Tribunal de Justiça

do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Diante do equívoco da determinação contida à fl. 269 no que se refere ao preparo, **determino a devolução das custas recolhidas às fls. 273/274, pelo agravante GABRIEL ELIAS JACKS e OUTROS .**

Por fim, diante do exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

